



## **POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

A Pereira Machado – Serviços Clínicos, Lda., agradece a sua visita e compromete-se a respeitar a Privacidade e Segurança dos dados facultados pelo utilizador/paciente.

A partir de 25 de maio de 2018 passou a ser aplicável o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (Regulamento nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante igualmente referido como RGPD. Este regulamento estabelece as regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares e aplica-se diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses dados, em qualquer Estado membro da União Europeia, nomeadamente Portugal.

Nesta Política de Privacidade explicamos quem somos, para que finalidades podemos usar os seus dados, como os tratamos, com quem os partilhamos, durante quanto tempo os conservamos, bem como as formas de entrar em contacto connosco e de exercer os seus direitos, em conformidade com o previsto no referido RGPD.

Esta Política de privacidade poderá ser objeto de revisão e/ou atualização periódica constando as atualizações respetivas na nossa página, e nas nossas instalações, onde poderão ser consultadas a qualquer momento.

A sociedade dedica-se essencialmente à prestação de cuidados médicos na área de oftalmologia.

### **Recolha, Tratamento e Comunicação de Dados**

#### **Na nossa página**

A nossa página não exige que o utilizador disponibilize qualquer tipo de informação para o visitar.

No entanto existe uma área do site na qual precisamos que o utilizador forneça os seus dados pessoais (nome, área de consulta, número de telefone e endereço eletrónico), para que possa usufruir dos serviços que lhe são disponibilizados como é o caso da área de pedido/marcação de Consultas. Os dados recolhidos nesta área poderão ser armazenados e tratados por Entidades subcontratadas.

Considera-se que os dados disponibilizados na referida área pelo titular foram por si autorizados, podendo ser utilizados para o referido fim.

Se optar por nos fornecer outro tipo de dados, estará a autorizar-nos explicitamente para o tratamento dessa informação, de acordo com esta Política de Privacidade e as disposições legais em vigor.

Muito embora sejam tomadas todas as precauções necessárias e legalmente exigidas para garantir a proteção e segurança da informação recolhida, não devem ser disponibilizados na nossa página quaisquer dados sensíveis (v.g. quaisquer dados de saúde ou com ela relacionados).

O acesso aos seus dados pessoais é permitido apenas aos nossos colaboradores para a finalidade acima descrita e os mesmos serão posteriormente eliminados da página.

Solicitamos também a estes colaboradores que ajam sempre em conformidade com as leis aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais e que prestem especial atenção à confidencialidade desses dados, havendo um contrato ou acordo prévio de confidencialidade com estes.

A nossa página não utiliza "cookies".

### **Nas nossas instalações**

#### **1. Dados recolhidos e tratados**

Para prestação dos cuidados ou tratamentos médicos ou de saúde, o titular dos dados deverá fornecer ou exibir, em regra, pelo menos os seguintes dados pessoais: Nome e apelido, sexo, nacionalidade, data de nascimento, número de identificação fiscal, número de utente do S.N.S. e número de beneficiário da Segurança Social e/ou outros sistemas ou subsistemas de saúde.



Poderá ainda ser-lhe exigida a exibição, ou efetuada a recolha, de algum documento de identificação (Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade, Passaporte ou equivalente, bem como cartões de beneficiário de sistemas ou subsistemas de saúde e seguros, ou ainda outros cartões ou credenciais, nomeadamente para verificação das condições de acesso a benefícios especiais ou descontos previstos em protocolos ou convenções para prestação de serviços médicos), para verificação de dados e identidade do paciente/beneficiário.

Estando em causa menores, interditos ou incapazes, poderão ser recolhidos dados relativos aos seus representantes legais, bem como exibida ou recolhida documentação comprovativa da titularidade da responsabilidade parental ou tutoria. Feita essa prova, cabe ao referido titular das responsabilidades parentais ou tutoria assinar o presente documento e dar o consentimento para o tratamento dos dados do menor ou incapaz, quando aplicável.

Será ainda convidado a fornecer os seus contactos pessoais (telefone, endereço e endereço de correio eletrónico), mediante consentimento.

Os dados de saúde serão fornecidos pelo próprio paciente, também com a finalidade de prestação de cuidados e/ou tratamentos médicos ou de saúde por parte do profissional de saúde, sendo recolhidos e tratados diretamente por médico ou outro profissional de saúde sujeito a sigilo profissional, bem como com as necessárias medidas de segurança para impedir o acesso à informação por pessoas não autorizadas.

As informações transmitidas pelo utente/paciente, falsas ou incorretas, e que possam prejudicar a responsável pelo tratamento dos dados, são sempre da inteira responsabilidade de quem as transmitir.

### **3. Finalidades da recolha e tratamento dos dados**

Os dados são tratados com recurso a software específico para a gestão dos processos clínicos, prescrição de medicamentos e gestão administrativa, nomeadamente de utentes, com as necessárias medidas de proteção e segurança dos dados, o que implica necessariamente a introdução de alguns dados pessoais na base de dados.

Consequentemente, ao fornecer os seus dados para inserção na referida base de dados, tendo em vista aceder a serviços de prestação de cuidados de saúde, exames, tratamentos ou outros atos clínicos, consente que os seus dados sejam tratados para esses fins e demais indicados nesta comunicação, bem como que os mesmos sejam inseridos na referida base ou plataforma informática.

A informação recolhida é necessária para assegurar a identidade do paciente, bem como para aferição das condições de acesso a benefícios, descontos ou condições protocoladas ou convencionadas e acesso do paciente aos mesmos, bem como para a gestão administrativa de utentes/pacientes em geral.

Tal informação é também necessária para efeitos de cumprimento das obrigações legais de faturação e para efeitos da emissão da documentação necessária à prescrição de medicamentos e atos clínicos de acordo com as normas aplicáveis.

Pode também ser necessária, nalguns casos, para envio ou exibição às entidades com as quais foram efetuados protocolos ou convenções, ou seguradoras, em execução dos referidos contratos e cumprimento das obrigações inerentes, nomeadamente de verificação e controlo.

Para cumprimento de tais protocolos ou convenções com diversas entidades (como, por exemplo, e sem excluir outras, a SAD/GNR, SAD/ PSP, IASFA/ADM), poderão ter que ser fornecidos ainda a tais entidades, dados complementares, para que os pacientes beneficiários possam usufruir das condições mais vantajosas, nomeadamente participações e/ou descontos.

O não cumprimento das obrigações referidas nos dois últimos parágrafos pode inviabilizar o acesso aos benefícios protocolados com entidades convencionadas ou seguradoras.

Os contatos telefónicos, endereço e endereço de correio eletrónico são recolhidos e tratados para contacto e comunicação direta com o paciente para efeitos de agendamento ou reagendamento de consultas, tratamentos ou exames, bem como para algum contacto que se venha a revelar conveniente ou necessário no âmbito da prestação de cuidados de saúde ou acompanhamento inerente ou posterior, ou ainda para envio de documentação do interesse do paciente, nomeadamente faturas ou recibos. Estes dados não são de fornecimento obrigatório mas o seu não fornecimento inviabiliza a realização das finalidades referidas.



Os dados de saúde serão recolhidos e tratados tendo em vista o diagnóstico e a prestação de consultas ou outros cuidados de saúde e/ou a prescrição e realização de exames médicos, não sendo possível a contratação e prestação dos mesmos sem o fornecimento de tais dados, e serão recolhidos e tratados, apenas por médico ou profissional de saúde sujeito a dever de sigilo.

Para além do referido, os dados recolhidos poderão sempre ser tratados quando estejam em causa outras finalidades previstas na lei que legitimem esse tratamento, como, por exemplo, a defesa de direitos vitais do titular, interesses legítimos ou defesa de direitos da entidade que procede ao tratamento, execução de contrato, motivos de interesse público e cumprimento de obrigações legais ou ordens judiciais ou administrativas.

#### **4. A quem são transmitidos os dados**

Os dados recolhidos poderão ser transmitidos, armazenados e tratados por entidades subcontratadas, sujeitas a deveres ou obrigações de sigilo e ao cumprimento de regras de segurança e proteção da informação.

Os dados relacionados com a sua saúde poderão ter que ser comunicados aos seus familiares, mas apenas nas circunstâncias e com as condicionantes expressamente previstas na Lei em vigor.

Tais dados poderão ainda ser comunicados a terceiros, caso tal seja exigido por lei, para efeitos de cumprimento de obrigações legais ou contratuais, incluindo faturação e cumprimento de obrigações contabilísticas e fiscais, bem como para efeitos de proteção e defesa dos direitos da sociedade prestadora ou para qualquer outro fim legítimo.

Alguns dados poderão ainda ter que ser transmitidos a entidades terceiras no âmbito de protocolos ou convenções para a prestação de serviços médicos com benefícios ou descontos, ou seguro ou subsistema de saúde, caso pretenda que os serviços prestados ou prescritos sejam abrangidos ou comparticipados pelos mesmos.

Os dados não serão transferidos para qualquer país terceiro ou qualquer organização internacional, salvo se a nossa empresa a isso for obrigada para cumprimento alguma obrigação legal ou judicial.

### **Legitimidade para a recolha e tratamento**

A recolha e tratamento de dados de saúde tem como fundamento, o diagnóstico médico e a prestação de cuidados ou tratamentos de saúde, ou contrato com um profissional de saúde, nos termos do disposto nos n.ºs 2, al. h) e n.º 3 do art.º 9.º do RGPD, sendo os dados de saúde recolhidos e/ou tratados por profissional ou pessoa sujeito a obrigação de sigilo profissional ou pessoa sujeita a obrigação de confidencialidade. Nalguns casos poderá eventualmente ter como fundamento também a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD.

A recolha e tratamento de outros dados poderá ter como fundamentos o consentimento dos interessados (al. do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD), o cumprimento de obrigações legais e a prossecução de interesses legítimos nos termos das als. c) e f) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD.

### **Período de conservação dos Dados**

Os dados recolhidos serão conservados pelo período mínimo necessário para a prossecução das finalidades que motivaram a sua recolha ou tratamento, cumprimento de obrigações ou outros interesses legítimos do responsável pelo tratamento, salvaguardando-se, entre outros, os prazos de conservação previstos na lei (v.g. para arquivos clínicos) e em acordos ou convenções com entidades terceiras, bem como os prazos de prescrição aplicáveis, que, consoante o que estiver em questão, poderão ir até aos 20 anos, sempre com o devido respeito pelas garantias de sigilo e confidencialidade previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados.

### **Entidade responsável pelo tratamento dos Dados**

A entidade responsável pelo tratamento dos dados e por assegurar a proteção da sua privacidade, atuando em conformidade com a lei e o novo Regulamento é a **Pereira Machado – Serviços Clínicos Lda.**, representada pelo seu gerente Dr. António Pereira Machado, com estabelecimento em Largo Machado de Assis C, 1700-081 Lisboa, e com o seguinte endereço de correio eletrónico: **[pmofthalmologia@gmail.com](mailto:pmofthalmologia@gmail.com)**



## **Direitos dos titulares dos Dados**

Sempre que o tratamento dos seus dados tenha por base ou condição de legitimidade para o tratamento o consentimento, o titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer altura sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento dado anteriormente.

O titular dos dados tem, nos termos e em conformidade com o previsto nos artºs 12º a 23º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, os direitos de informação, acesso e oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, sendo que neste caso o tratamento poderá não cessar se existirem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou os mesmos forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial.

Goza igualmente e, nos mesmos termos, do direito de solicitar a sua alteração ou correção, caso se verifique erro ou incompletude, bem como o de se opor a decisões automatizadas, se aplicável.

Poderá, também, da mesma forma, exercer os direitos à limitação ou ao apagamento ou esquecimento dos seus dados pessoais, bem como à portabilidade desses dados, tendo, neste último caso sempre em conta as condicionantes previstas na lei, nomeadamente a sua viabilidade técnica.

O exercício destes direitos poderá não ser viável ou encontrar-se limitado, conforme decorre das disposições acima indicadas, nomeadamente, pelo exercício da liberdade de expressão e de informação, por motivos de interesse público ou interesses legítimos que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, bem como quando os dados sejam necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial ou para o cumprimento de uma obrigação legal.

Tal acontecerá, nomeadamente, com os dados fornecidos necessários para a prestação de cuidados de saúde e para uso clínico e gestão dos processos clínicos, cujo tratamento é legítimo, podendo os direitos referidos não ser viáveis ou encontrar-se limitados ou condicionados.

Estes direitos podem ser exercidos por escrito, ou por correio eletrónico, para os endereços do responsável pelo tratamento de dados, acima indicado, podendo ser utilizado o formulário para o exercício de direitos em anexo disponível nos serviços administrativos e que pode ser solicitado pessoalmente ou por correio eletrónico.

Deve ter presente que em certos casos o seu pedido poderá não ser imediatamente satisfeito. De qualquer modo, será informado dos fundamentos e/ou das medidas tomadas nesse sentido, no prazo máximo de um mês a partir do momento em que o pedido for efetuado.

Além disso, tem ainda o direito de ser informado caso se verifique alguma violação dos seus dados, suscetível de implicar um elevado risco para os seus direitos, liberdades e garantias, salvo nos casos previstos na lei em que tal comunicação não seja exigida.

Pode ainda reclamar para uma autoridade de controlo: **Comissão Nacional de Proteção de Dados** Morada: Rua de São Bento, n.º 148, 3º, 1200-821 Lisboa / Telefone: 213928400 / E-mail: geral@cnpd.pt

Esta Política de Privacidade foi elaborada em 23 de Maio de 2018 e revista em 12 de Junho de 2018